

estabilidade financeira. Se o Comef aumentar o ACCP_{Brasil}, as instituições financeiras têm doze meses para se adequar. Se o Comef o reduzir, as instituições podem utilizar o capital liberado imediatamente. A política do ACCP_{Brasil} está apresentada no Comunicado nº 30.371, de 2017.

O Comef divulga após cada reunião Comunicado com o valor do ACCP_{Brasil} e outras diretrizes adotadas para a estabilidade financeira, quando necessário. A Ata da reunião é divulgada em até cinco dias úteis. Adicionalmente, o Banco Central publica semestralmente o REF com um panorama do setor bancário e o detalhamento da visão do Comitê sobre os fatores considerados na decisão."

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN
Diretor de Regulação

AILTON DE AQUINO SANTOS
Diretor de Fiscalização

Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE COMPROMISSO

ESPÉCIE: Termo de Compromisso que entre si celebram a CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO e a FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA (FEESC), CNPJ nº 82.895.327/0001-33, no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 00190.104045/2021-03.

OBJETO: Admissão da responsabilidade objetiva pela prática dos fatos objeto do referido processo, por parte da FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA (FEESC), em troca da concessão, à mencionada pessoa jurídica, dos benefícios previstos na Portaria Normativa CGU n. 155/2024.

DATA DE ASSINATURA: 20/08/2025

SIGNATÁRIOS: Pela CGU, VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União e, pela FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA (FEESC), seu procurador ATANASIO EXTERKOETTER, inscrito na OAB/SC sob o nº 16.249.

COMPROMISSOS DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA (FEESC), CNPJ nº 82.895.327/0001-33, com fundamento no art. 2º da Portaria Normativa n. 155/2024: (1) Reparar integralmente a parcela incontroversa do dano causado, quantificada no valor de R\$ 19.264,97 (dezenove mil duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), no prazo de até trinta dias após a publicação deste extrato no Diário Oficial da união; (2) Receber a sanção de Advertência prevista no inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; (3) Pagar a multa do inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846/2013, no valor de R\$ 4.456,94 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais, e noventa e quatro centavos), no prazo de até trinta dias após a publicação deste extrato no Diário Oficial da União; (4) Aplicar e monitorar seu programa de integridade, levando em consideração as disposições previstas nos artigos 56 e 57 do Decreto nº 11.129/2022, mantendo-o em constante funcionamento e implementando as adaptações necessárias em decorrência de mudanças no perfil de risco, caso ocorram; (5) Cessar completamente seu envolvimento na prática do ato lesivo, a partir da data da propositura do termo; (6) Atender aos pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento; (7) Não interpor recursos administrativos no âmbito do processo administrativo em que celebrado o termo de compromisso; (8) Dispensar a apresentação da peça de defesa, quando cabível; e (9) Desistir de eventuais ações judiciais, caso existentes, bem como não ajuizar novas demandas relativas ao processo administrativo ou ao termo de compromisso celebrado.

Processo CGU: 00190.104045/2021-03

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 26, § 4º, da Lei nº 9.784/99, vem, por meio do presente, intimar a pessoa jurídica R7 FACILITIES - MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 11.162.311/0001-73, para tomar ciência da decisão de rescisão unilateral do Termo de Contrato nº 90/2023, proferida nos autos do Processo Administrativo nº 1.00.000.002071/2025-58, a partir de 1/8/2025.

Os autos do mencionado processo administrativo se encontram franqueados à interessada para consulta e cópia, podendo ser solicitado no endereço <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>, opção SOLICITAR - Informações processuais, cópias/vistas, ou pelo e-mail pgr-assad@mpf.mp.br.

Fica fixado o prazo de 5 (dias) dias úteis, a partir da data da publicação, para que a interessada, querendo, apresente recurso da decisão ora comunicada, devendo fazê-lo, exclusivamente, por meio do sistema de PETICIONAMENTO ELETRÔNICO do MPF (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.), opção PROTOCOLAR - em processo existente.

THIAGO LONGO MENEZES
Secretário de Administração

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: O Ministério Público Federal, Por Intermédio da Procuradoria da República No Piauí e O Centro Universitário FAESF - UNIFAESF. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 5 (cinco) ANOS. DATA E ASSINATURA: 20/08/2025. MARCO AURÉLIO ALVES ADÃO, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Piauí, ELZA WAQUIM BUCAR DE ALMEIDA NUNES, Diretora Geral do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAESF - UNIFAESF. Processo Administrativo 1.27.000.001045/2025-69.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do 2º Termo Aditivo Ao Contrato N° 38/2024. CONTRATANTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e a empresa Montenge Engenharia LTDA. OBJETO: a) alteração da Cláusula Terceira com a inclusão dos itens 3.1.2. e 3.1.3. - Das Especificações e Demais Requisitos do Objeto; b) alteração da Cláusula Sexta e inclusão do item 6.1.2. - Do Preço; c) alteração da Cláusula Décima Oitava - Da Dotação Orçamentária. VIGÊNCIA: 20/08/2025 a 06/01/2026. DATA DA ASSINATURA: 20/08/2025; GIOVANI TAVARES BRUSCATO, pela Contratante e LUCAS FAGUNDES FERREIRA, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Aditivo ao Contrato nº 5/2021, publicado no D.O.U. de 10/09/2021, seção III, p. 190. Contratante: UNIÃO - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA / MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (PR-RR/MPF), CNPJ nº 26.989.715.0027/41. Unidade Gestora: 380006. Contratada: NEW SOLUTIONS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 01.832.691/0001-52. Processo nº 1.32.000.000636/2025-59. Objeto do contrato: SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. Objeto do aditivo: PRORROGAR a vigência do contrato e REPACTUAR os custos de mão de obra de acordo com a CCT-RR000014/2025 de 27/02/2025. Data da assinatura: 21/08/2025. Prorrogação da vigência do contrato: de 09/09/2025 a 08/09/2026. Valor do aditivo: R\$ 239.970,83. Valor global atualizado do contrato após este aditivo: R\$ R\$ 876.850,83. Assinaram: pela Contratante, Robson Guimarães Costa (Secretário Estadual Substituto); pela Contratada, Joaquim Leandro da Silva Neto (Sócio-Administrador). Consulta à íntegra disponível em: https://apps.mpf.mp.br/apps/r/transparencia/sa_transparencia/contratos

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE APOSTILAMENTO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 7/2021. PGEA nº 1.36.000.000181/2021-07 Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Tocantins, e a GHS INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 01.797.423/0001-47. Objeto: reajuste do valor mensal do contrato nº 07/2021, referente à prestação de serviços da análise da qualidade da água e ar na Procuradoria da República no Município de Araguaína (PRM-AGA), conforme Cláusula Oitava, mediante aplicação do IPCA/IBGE do período: JULHO/2024 a JUNHO/2025. Modalidade de licitação: Pregão eletrônico. Data da assinatura: 19/08/2025. Assina: Georgete Cardoso Pereira Maia, Secretária Estadual, pela Contratante.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE APOSTILAMENTO 5º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 2/2021. PGEA nº 1.36.000.000139/2021-88. Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Tocantins, e a CLARO S/A., CNPJ 40.432.544/0001-47. Objeto: reajuste do valor mensal do contrato nº 02/2021, referente à prestação de serviços de telecomunicação de voz e dados na Procuradoria da República no Estado do Tocantins, conforme Cláusula Décima Quinta, mediante aplicação do IPCA/IBGE do período: JAN/2024 a DEZ/2024. Modalidade de licitação: Pregão eletrônico. Data da assinatura: 19/08/2024. Assina: Georgete Cardoso Pereira Maia, Secretária Estadual, pela Contratante.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 19.03.0000.0002733/2025-62-MPM. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério Público Militar - MPM e o Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO. Objeto: Ampliar a cooperação técnica interinstitucional entre os partícipes, visando estabelecer formas de colaboração, com finalidade de ampliar as ações de articulação de proteção do patrimônio público, defesa da probidade administrativa, prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados, bem como a promoção de transparência da gestão na Administração Pública, por meio da atuação conjunta e do intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e do compartilhamento e desenvolvimento de tecnologias que aprimorem o processamento e a análise de dados, pesquisas e investigações, entre outras ações conjuntas de integração e intercâmbio que promovam eficácia e efetividade de suas atividades finalísticas. Data de assinatura: 04/08/2025. Vigência: 04/08/2025 a 03/08/2030. Assinam: Dr. Clauro Roberto de Bortolli, Procurador-Geral de Justiça Militar, pelo MPM, e Dr. Cyro Terra Peres, Procurador-Geral de Justiça, pelo MPGO.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

A Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região torna público que Excelentíssimo Senhor Procurador-Chefe, em 21/08/2025, adjudicou e homologou o resultado do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, cujo objeto é aquisição de materiais de expediente, materiais para manutenção de bens móveis, copa e cozinha, material de proteção e segurança, materiais para manutenção de bens Imóveis, e materiais elétricos, por meio de Registro de Preços, para atendimento das necessidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, as empresas DUTRA DE ALMEIDA PRODUTOS LTDA, CNPJ 56.187.319/0001-22-82 nos Valores Totais: R\$ 176.72 (Item 1) e R\$ 1.968,00 (Grupo 1); DMGR COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ 24.090.700/0001-82 no Valor Total: R\$ 9.225,00 (Grupo 2); PS PLATAFORMA DIGITAL LTDA, CNPJ 54.570.369/0001-69 no Valor Total: R\$ 2.634,00 (Grupo 3) e RB COMERCIO VAREJISTA EM MATERIAIS LTDA, CNPJ 28.148.886/0001-34 nos Valores Totais R\$ 23.099,80 (Grupo 4) e R\$ 6.904,00 (Grupo 5).

Rio de Janeiro - RJ, 21 de agosto de 2025.

MARCELA PEREIRA ALVARO
Pregoeira

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região torna público o Registro de Preços referente às Atas nºs 16 a 21/2025, oriundas do Pregão Eletrônico nº 90002/2025, cujo objeto é aquisição de materiais de expediente, materiais para manutenção de bens Imóveis, materiais para manutenção de bens móveis, materiais para sinalização visual e outros, materiais de copa e cozinha, e materiais elétricos, por meio de Registro de Preços, para atendimento das necessidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, conforme condições e quantidades estabelecidas. Vigência: 12 meses. Data da assinatura: 12/08/2025. Fornecedores Registrados: DMGR COM. DE MÁQUINAS E EQUIP. INDUSTRIAIS EIRELI, CNPJ 24.090.700/0001-82, Ata nº 16/2025, no valor total de R\$ 3.145,00 (Item 1); JVC ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 31.512.534/0001-20, Ata nº 17/2025, no valor total de R\$ 520,00 (Item 2); VIPE COMERCIAL LTDA EPP, CNPJ 17.526.067/0001-67, Ata nº 18/2025, no valor total de R\$ 1.327,60 (Item 3); COMERCIAL COSTA FERREIRA LTDA, CNPJ 57.650.919/0001-48, Ata nº 21/2025, no valor total de R\$ 4.654,56 (Grupo 1); RB COMERCIO VAREJISTA EM MATERIAIS LTDA, CNPJ 28.148.886/0001-34, Ata nº 19/2025, no valor total de R\$ 904,00 (Grupo 2); QUALITY LUX COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ 28.780.007/0001-92, Ata nº 20/2025, no valor total de R\$ 29.897,60 (Grupo 3); A Ata poderá ser vista na íntegra no site www.prt1.mpt.gov.br. Marcela Pereira Alvaro, Pregoeiro. Rio de Janeiro, 21/08/2025.

